



O advento do Constitucionalismo na China

Egas Moniz Bandeira¹ (Universidade de Heidelberg, Alemanha)
egas.moniz-bandeira@asia-europe.uni-heidelberg.de

Karl Jaspers Centre for Advanced Transcultural Studies
Voßstraße 2, Building 4400 Room 007
69115 Heidelberg, Germany

1. Doutorando em Estudos Chineses (Sinologia) na Universidade de Heidelberg (Alemanha) e em Direito/História Política na Universidade Tohoku (Sendai/Japão). Graduado em Direito pela Universidade de Heidelberg (Alemanha). Advogado.

Resumo

No século XIX e no início do século XX, o constitucionalismo era uma tendência mundial, não só na Europa e nas Américas, como também na Ásia: O Japão outorgou uma constituição em 1889/90, a Coréia, em 1899, e a Pérsia, em 1906. O governo chinês anunciou a sua intenção de outorgar uma constituição em 1906, mas a dinastia imperial foi forçada a abdicar em 1912 sem haver promulgado uma carta constitucional definitiva.

O presente artigo apresenta essa primeira tentativa de introdução do constitucionalismo na China como reação a fatores internos e externos. Ao mesmo tempo que a constituição era uma nova forma de legitimar-se internamente, ela trazia vantagens no cenário internacional. A experiência chinesa mostra que, mesmo que superficial, ter uma forma constitucional de governo estava a tornar-se um dos elementos definidores do Estado na ordem mundial emergente.

Palavras-chave: China, constituição, monarquia, absolutismo, globalização do direito

The advent of constitutionalism in China

Abstract

In the 19th and the beginning of the 20th century, the adoption of constitutionalism was a world-wide tendency, not only in Europe and in the Americas, but also in Asia: Constitutional texts were promulgated in Japan in 1889/1890, in Korea in 1899 and in Persia in 1906. The Chinese government announced its decision to implement a constitutional mode of government in 1906, but the ruling dynasty was forced to abdicate in 1912 without having promulgated a full and definitive constitutional charter.

The present article presents this first attempt to introduce constitutionalism in China as a reaction to internal as well as external factors. At the same time that the constitution was a novel form of internal legitimation, it also had advantages in the international arena. The Chinese experience shows that, even if only superficial, having a constitutional form of government was becoming one of the defining elements of states in the emerging world order.

Keywords: China, constitution, monarchy, absolutism, globalization of law

1. Introdução

Conquanto no final do século XIX a maior parte dos países ocidentais tivesse constituições escritas, a sua função muitas vezes não era levada a sério. Assim, Otto Mayer (1846-1924), uma das maiores autoridades do direito administrativo alemão, ainda ensinava que «o direito constitucional passa, mas o direito administrativo fica» (*Verfassungsrecht vergeht, Verwaltungsrecht besteht*⁹³). Mesmo assim, a noção de que um estado soberano precisa de uma carta constitucional tornou-se quase universal. Hoje, quase todos os países em todos os continentes possuem constituições codificadas. Ironicamente, uma das poucas exceções é um dos berços do constitucionalismo: o Reino Unido.

Portanto, como, quando e porquê essa idéia tornou-se universal? O século XIX foi um tempo de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais no mundo inteiro, bem como de crises de identidade decorrentes da necessidade de adaptar-se às novas circunstâncias. As grandes crises políticas e sociais, tanto no Ocidente como no Oriente, foram acompanhadas por novas cartas constitucionais. Assim, em uma tentativa de modernização, o Império Otomano pôs em vigor a sua primeira constituição em 1876. No Japão, o Imperador Meiji (r. 1867-1912), logo após a sua ascensão ao trono, iniciou um programa de profundas reformas políticas, cujo cerne foi a outorgação de uma constituição no ano 1890. Poucos anos depois, quando o Rei Kojong da Coreia se declarou Imperador (sob o nome de Kwangmu), um dos seus primeiros projetos foi a outorgação de uma constituição, no ano 1899.

Em 1904, eclodiu a guerra russo-japonesa, na qual o Império Russo sofreu uma grave derrota contra o Japão, país muito menor tanto em termos de área quanto de população. A vitória japonesa, portanto, foi vista como a vitória do constitucionalismo sobre o absolutismo não-constitucionalista, e teve fortes influências diretas e indiretas: A Rússia, que passava por uma forte crise interna, outorgou uma constituição em 1905/1906. Indiretamente, a vitória japonesa influenciou a «revolução constitucional» na Pérsia, onde uma constituição foi estabelecida em 1906. Também influenciou fortemente os pensadores chineses e o governo de Pequim, que, no mesmo ano de 1906, anunciou a sua decisão de outorgar uma constituição.

Partindo do exemplo da Ásia Oriental, e especialmente da China, o presente artigo argumenta que o constitucionalismo tornou-se um elemento importante do *state-building* na época. Sob esse pano de fundo, a tentativa de reforma constitucionalista do governo chinês deve ser reavaliada: As reformas projetadas pelo governo respondiam a fatores internos bem como a fatores externos.

No plano interno, a China tinha uma tradição milenar de organização governamental e administrativa. Porém, diante dos imensos desafios da época, o governo chinês necessitava de uma nova legitimação para si, objetivo que poderia ser alcançado mediante a outorgação de uma constituição. Por outro lado, no plano externo, as constituições estavam a tornar-se um dos elementos definidores do Estado na ordem mundial emergente, e o fato de ter uma constituição trazia vantagens no cenário internacional. A corte de Pequim tinha consciência disso e de que o constitucionalismo era uma tendência mundial da época.

93. Mayer 1924, p. 9.

2. O constitucionalismo e a ordem mundial: o exemplo japonês

As reformas constitucionais chinesas não podem ser compreendidas sem as reformas constitucionais japonesas, que serviram de modelo para o governo chinês. Em meados do século XIX, desmoronou o sistema político do *Xogunato* de Tokugawa, marcando o fim do período *Edo*. Em 1853/1854, Matthew Calbraith Perry (1794-1858), Comodoro da Marinha dos EUA, forçou a abertura dos portos japoneses para o comércio exterior. Na seguida, o Japão teve de assinar uma série de tratados com cláusulas bastante desvantajosas, caracterizados pela historiografia como «tratados desiguais».

Em 1867, ascendeu ao trono o imperador Meiji, que logo em 1868 iniciou um extenso programa de reformas políticas. Em 1871, o governo Meiji enviou a *Missão Iwakura* aos Estados Unidos e à Europa para renegociar os tratados desiguais e ao mesmo tempo estudar as sociedades ocidentais com o objetivo de modernizar o Japão. Embora a missão não tenha conseguido renegociar os tratados, o Japão continuou os seus esforços de modernização e nas próximas décadas tornou-se uma maior potência militar e industrial.

Os esforços de modernização do Japão estenderam-se também ao domínio jurídico e constitucional⁹⁴. O governo do Japão anunciou o objetivo de gradualmente avançar em direção ao constitucionalismo e apresentou uma primeira minuta de constituição em 1878. Em 1881, o Imperador anunciou a abertura da Assembléia Nacional em 1890. Em 1882/1883, uma missão chefiada por Itou Hirobumi visitou vários países da Europa e os Estados Unidos especificamente para estudar as respectivas constituições. Em 1884, foi criada por ordem imperial a Autoridade para a Pesquisa de Sistemas Políticos (*Seido torishirabe kyoku*).

A Constituição do Império do Japão foi proclamada a 11 de fevereiro de 1889 e entrou em vigor em 1890, seguindo essencialmente o modelo alemão (prussiano).⁹⁵ Essa constituição revelou-se muito estável e permaneceu em vigor até o final da Segunda Guerra Mundial, mesmo que a verdadeira forma de governo haja mudado bastante durante essas cinco décadas.⁹⁶ Depois de finalizada a reforma política e proclamada a constituição, o Japão logrou a renegociar os tratados desiguais da década de 1850, e por sua vez tornou-se uma potência imperialista na Ásia Oriental, tratada como igual pelas potências ocidentais.

3. A tentativa chinesa de reforma constitucional, 1905-1908

A idéia do constitucionalismo começou a ter um forte impacto na China na década de 1890. Nas últimas décadas do século XIX, em meio de crises internas e externas, intelectuais chineses procuravam vias de fortalecer a China, de modo que ela pudesse superar o seu atraso em relação às potências da época. Uma vez que o *movimento de auto-fortalecimento*, iniciado

94. Sobre o processo constituinte no Japão ver 大石眞 *Ôishi Makoto* 1996, pp. 15-228.

95. Texto da constituição reproduzido em 明治前期の憲法構想 *Meiji zenki no kenpô kôsô* 1967, pp. 335-340.

96. Röhl 2005, p. 51.

na década de 1860 e focado na modernização militar e industrial do país, não surtira os resultados desejados, pela virada do século a interpretação mais comum era de que o segredo do sucesso não estava só na modernização tecnológica, mas especialmente na organização e nas instituições do Estado.

O que era necessário para a China seria, segundo pensadores como Kang Youwei, Liang Qichao e Huang Zunxian, o estabelecimento de um regime constitucional. Ao mesmo tempo, o pensamento de Charles Darwin gerou, entre os pensadores chineses da época, a idéia de que a mudança de sistemas políticos, resultando em governos constitucionais, seria um processo evolucionário.⁹⁷

A Imperatriz Viúva Cixi, que era tida como reacionária desde que suprimira a *reforma dos 100 dias* em 1898, anunciou reformas políticas em 1901. A vitória japonesa na guerra russo-japonesa em 1905 foi o fator decisivo para que o governo chinês decidisse introduzir um modo de governo constitucional. Ainda em 1905, imitando as missões japonesas, a corte imperial de Pequim mandou delegações ao exterior para estudar as leis e instituições do Japão, dos países europeus e dos Estados Unidos.

A 25 de Novembro de 1905, a Imperatriz Viúva Cixi ordenou que o Conselho de Estado (*Zhengwuchu*) estabelecesse um *Órgão para Investigação da Política (Kaocha Zhengzhi Guan)*, cuja tarefa seria não só coleccionar as leis dos diversos países, mas também de deliberar sobre as suas respectivas vantagens e desvantagens, bem como reunir as conclusões em forma escrita.⁹⁸

No verão de 1906, depois de a missão ao exterior retornar de sua viagem de estudos, seus participantes vigorosamente pronunciaram-se a favor do estabelecimento de um regime constitucional.⁹⁹ A 26 de Agosto de 1906, a Corte de Pequim estabeleceu uma comissão para avaliar os relatórios escritos pelos comissários constitucionais.¹⁰⁰ A nova comissão foi composta pelas figuras mais importantes na Corte, ou seja, por Zaifeng (Príncipe Chun, Imperador-Regente da China entre 1908 e 1911), pelos ministros do Conselho Imperial (*Junjichu*), pelos ministros do Conselho de Estado (*Zhengwuchu*), pelos ministros do Secretariado Imperial (*Neige*) bem como por Yuan Shikai, vice-rei da província de Zhili e um dos mais poderosos políticos da época.¹⁰¹

Os membros da comissão reuniram-se com a Imperatriz Viúva Cixi a 29 de Agosto de 1906.¹⁰² É dito que durante aquela reunião, os participantes decidiram de outorgar uma constituição e instituir uma representação parlamentar a partir do ano 35 do Imperador Guangxu (1910), ou seja, após três anos.¹⁰³

97. Uma curta discussão das diferentes posições chinesas sobre o contitucionalismo e a teoria evolucionária encontra-se em Pusey 1983, pp. 337-338.

98. 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, p. 43 (Guangxu 31/10/20).

99. Cf. p. ex. a petição ao Trono de 25/08/1906: 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, pp. 367 e segs. (Guangxu 32/07/06).

100. United States Department of State 1909, pp. 348-349.

101. United States Department of State 1909, pp. 348-349.

102. *Notes on Native Affairs. The Question of a Constitution*, in: *The North China Herald*, 8/31/1906 (2038), p. 544.

103. *Notes on Native Affairs. The Question of "Time."*, in: *The North-China Herald*, 9/7/1906 (2039), p. 571.

Dois dias depois, a 1º de setembro de 1906, o governo anunciou a sua intenção de outorgar uma constituição dentro de poucos anos, depois de um processo de preparação constitucional.¹⁰⁴ O decreto formalizando a decisão de adotar um governo constitucional para a China previa uma reforma completa do estado chinês em vários passos: a primeira reforma trataria do serviço público, a ser seguida pela elaboração das mais diversas leis para o império¹⁰⁵. Depois disso, reformas deveriam modernizar o sistema educacional, as finanças bem como as forças armadas e a polícia. O objetivo de todas essas reformas era preparar os fundamentos do constitucionalismo. O decreto de 1º de setembro era uma declaração de princípio, mas ainda não especificava detalhes da constituição vindoura.

Ao contrário da decisão supostamente tomada no dia 29 de agosto de 1906, o decreto de 1º de setembro não previa datas concretas nem para as reformas nem para a outorgação da constituição. Só constatava que a preparação constitucional deveria ser terminada após «alguns anos», quando a Corte decidiria uma data para outorgar a constituição. Observadores contemporâneos explicaram essa falta de clareza como sendo resultado das maquinações de Tieliang, àquela época ministro da guerra e tido como líder do partido de oposição às reformas constitucionais.¹⁰⁶ Ele teria pedido Cixi de mudar a palavra «três» da minuta original para a palavra «alguns».¹⁰⁷ Por causa da falta de uma data concreta, o decreto foi recebido como insatisfatório e decepcionante.¹⁰⁸

Por outro lado, as reformas mencionadas no decreto mostram que a carta constitucional deveria ser acompanhada por profundas reformas políticas. O documento constitucional seria a coroação de um extenso e ambicioso projeto de reestruturação nacional. Portanto, como assinalava um telegrama da Legação dos Estados Unidos em Pequim, até mesmo «alguns anos» poderiam ter sido curtos demais para efetuar tal «enorme» programa.¹⁰⁹

Um segundo decreto¹¹⁰, promulgado apenas um dia depois, a 2 de setembro de 1906, designou dois comissões de trabalho. Quase todos os membros da comissão de avaliação de 26 de agosto de 1906 também delas participaram, exceto o príncipe Zaifeng, Wang Wenshao e Lu Chuanlin. Os dois últimos, que eram supostamente opostos a reformas, haviam-se recusado a participar de uma comissão cuja tarefa seria promover reformas.¹¹¹

104. 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, pp. 43-44 (Guangxu 32/7/13).

105. Diplomatas britânicos na época interpretaram o decreto imperial como falando da «revisão das leis dinásticas do Império» sendo o segundo passo das reformas, Nish 1993, p. 17. Porém, o decreto não fala das leis de sucessão dinástica, mas usa a expressão «todas as leis». O segundo passo da reforma, portanto, seria a compilação de modernos códigos legais (civil, criminal etc.).

106. *Notes on Native Affairs. The Question of "Time."*, in: *The North-China Herald*, 9/7/1906 (2039), p. 571.

107. *Notes on Native Affairs. The Question of "Time."*, in: *The North-China Herald*, 9/7/1906 (2039), p. 571.

108. *Notes on Native Affairs. The Question of "Time."*, in: *The North-China Herald*, 9/7/1906 (2039), p. 571.

109. United States Department of State 1909, p. 349.

110. 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, p. 385 (Guangxu 32/7/14).

111. *Notes on Native Affairs. Not Easily Moved.*, in: *The North-China Herald*, 9/28/1906 (2042), p. 788.

A primeira comissão deveria deliberar sobre o processo de reformas e elaborar um quadro normativo, tomando como modelo os melhores exemplos de outros países. Foi formada por 14 membros representando a maioria dos órgãos do governo central. Além disso, os governadores de quase todas as províncias foram convidados a mandarem representantes a capital para participar dos debates. Os resultados do trabalho dessa comissão deveriam ser apresentados à segunda comissão para uma revisão final. Essa comissão foi menor, sendo ela composta por três membros: Yikuang (príncipe Qing), Sun Jianai e Qu Hongji.

Segundo o plano dado pelo decreto de 1º de setembro de 1906, a primeira parte das reformas deveria tratar da estrutura administrativa do império. Porém, propostas concretas sofreram considerável oposição de vários setores da administração, que temia perder influência por causa da reforma. Isso levou as comissões a restringirem a primeira rodada das reformas ao governo central e adiar a reforma dos governos provinciais. Apesar das dificuldades, a comissão conseguiu chegar a uma reforma depois de dois meses de debates, e o decreto oficializando a reforma foi publicado a 6 de novembro de 1906.¹¹²

Depois da reforma do governo central, o segundo passo das reformas do estado tinha como objetivo os governos provinciais. Porém, após a reforma do governo central, foi notado um longo período de inatividade por parte do governo, que durou por toda a primeira parte de 1907. Essa falta de decretos foi recebida com impaciência pelo público e levou a especulações que os reacionários dentro da Corte poderiam ter ganho. Assim, já em janeiro de 1907, o jornal *North China Herald*, publicado em Xangai, considerava ter sido a reforma dos governos provinciais definitivamente colocada ad acta.¹¹³ Em fevereiro de 1907, o jornal considerava a China ter recaído na reação e exortava as potências estrangeiras a reconsiderar as suas atitudes perante a China, que, no ano passado (1906), haviam melhorado a ponto de «tratar a China como a um dos seus».¹¹⁴

As atividades de reforma continuaram a partir do verão de 1907. Em uma nota ao Trono de 17 de julho de 1907, Yuan Shikai, vice-rei de Zhili, escreveu: «Nos últimos anos, não há um único país no mundo que não houvesse proclamado uma constituição.» Yuan Shikai pedia pesquisas mais profundas das constituições alemã e japonesa, uma vez que a situação desses dois países seria próxima à chinesa.¹¹⁵ E de fato, mais tarde em 1907, o governo enviou três comissários ao Japão, à Alemanha e ao Reino Unido.

A reforma dos governos provinciais foi promulgada a 7 de julho de 1907¹¹⁶, seguida pela eleição do primeiro conselho municipal da China em Tientsin, a 24 de julho de 1907. Ao mesmo tempo, surgiram discussões sobre uma possível reorganização mais profunda do governo central. Desde junho de 1907, houve propostas para formar um sistema de governo de

112. 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, pp. 471–472 (Guangxu 32/9/20).

113. *The Situation in China*, in: *The North-China Herald*, 1/25/1907 (2059), p. 161.

114. *Found Waiting*, in: *The North-China Herald*, 2/1/1907 (2060), pp. 213-14.

115. 光緒政要 *Guangxu zhengyao*, 卷 Cap. 33, p. 2156.

116. 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, pp. 510-511. (Guangxu 33/5/27).

gabinete¹¹⁷, enviadas ao Trono em 28 de julho de 1907. Porém, também houve considerável oposição à introdução imediata de um sistema de governo de gabinete.¹¹⁸

Essa diferença de opiniões impossibilitou a criação de um gabinete. Mesmo assim, seguiram certas reformas da administração central que não só constituíram uma continuação das reformas de novembro de 1906, mas também tiveram importância para o próprio processo constituinte. Um dos órgãos designados para fazer parte do gabinete era uma autoridade responsável pela codificação de leis. As comissões de reformas criadas a 2 de setembro de 1906 não eram órgãos institucionalizados. Enquanto o Órgão para Investigação da Política (*Kaocha Zhengzhi Guan*) era mais uma autoridade transitória à qual competia coletar e avaliar informações, ela ainda não estava equipada para cumprir a tarefa de realmente realizar a decisão de outorgar uma constituição.

Em outro documento apresentado ao Trono de 3 de agosto de 1907, Yuan Shikai queixou-se de que esse órgão não estava cumprindo as suas tarefas.¹¹⁹ Poucos dias depois, príncipe Yikuang e outros apresentaram uma petição conjunta ao Trono¹²⁰, na qual sugeriram elevar a Autoridade para Investigação da Política (*Kaocha Zhengzhi Guan*) a Órgão de Codificação para o Governo Constitucional (*Xianzheng Biancha Guan*) e subordiná-la ao Conselho Imperial (*Junjichu*). A 13 de agosto de 1907, num decreto¹²¹ respondendo diretamente à proposta de Yikuang e de seus colegas, o Trono aprovou a proposta de criar a Órgão de Codificação para o Governo Constitucional (*Xianzheng Biancha Guan*) e ordenou que essa fosse subordinada ao Conselho Imperial (*Junjichu*) temporariamente, isso é, até que o Conselho de Ajuda Política (*Zizhengyuan*), o parlamento incipiente, fosse criado.

Esse decreto era mais um passo para gradualmente tornar a administração central mais eficiente. Porém, mas que uma mera mudança de nomes e reorganização¹²², o estabelecimento da Órgão de Codificação para o Governo Constitucional (*Xianzheng Biancha Guan*) foi um marco institucional que levou a uma nova fase no processo constituinte da dinastia Qing¹²³ e ao mesmo tempo demonstrava que a Corte de Pequim realmente dava importância ao objetivo de preparação constitucional.¹²⁴ Como explicavam o príncipe Yikuang et. al. na nota introdutória à proposta de lei orgânica para o órgão, apresentada ao Trono a 24 de agosto de 1907¹²⁵, o modelo era o órgão de pesquisa japonês criado no início da era Meiji.

117. *Notes on Native Affairs. A proposed amalgamation*, in: *The North-China Herald*, 6/21/1907 (2080), pp. 711–712; *The Capital. The Proposed Cabinet*, in: *The North-China Herald*, 9/6/1907 (2091), p. 556.

118. Ver, p. ex., a nota do censor Zhao Binglin ao Trono de 13 de agosto de 1907. 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, p. 511 (Guangxu 33/7/3).

119. Cit. in United States Department of State 1910, p. 191.

120. 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, p. 45 (Guangxu 33/7/5).

121. 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, pp. 45-46 (Guangxu 33/7/5).

122. Meienberger 1980, p. 57.

123. 趙林鳳 *Zhao Linfeng* 2014, p. 140.

124. 卞修全 *Bian Xiuquan* 2006, p. 33.

125. 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, pp. 47-48.

As atribuições do órgão iam muito além da mera compilação de um texto constitucional para a China. De acordo com a sua lei orgânica¹²⁶, era dividido em dois departamentos: um departamento responsável por codificar leis e outro responsável por estatísticas. A responsabilidade pelas estatísticas parece estranha, mas derivava da tarefa de coletar dados estatísticos sobre outros países. O departamento de codificação era subdividido em três divisões: a) uma divisão era responsável pela constituição, b.) uma era responsável pelos códigos legais, c) a terceira era responsável por leis avulsas e regulamentos administrativos. Ademais, a Órgão de Codificação para o Governo Constitucional (*Xianzheng Biancha Guan*) tinha três escritórios: um escritório de questões gerais, um escritório que funcionava como biblioteca e um escritório para traduções, cuja tarefa era traduzir escritos estrangeiros, especialmente as constituições de outros países.

Logo depois dos debates sobre a introdução de um gabinete, a atenção voltou-se para a criação de um parlamento. Um decreto de 20 de setembro de 1907¹²⁷ estabeleceu o Conselho de Ajuda Política (*Zizhengyuan*), que seria a base para o vindouro parlamento. Um segundo decreto de 19 de outubro de 1907¹²⁸ ordenou que fossem estabelecidas assembleias provinciais (*Ziyiju*). Quando do estabelecimento do proto-parlamento, seus membros acordaram reunir-se seis vezes por mês¹²⁹, porém até março de 1908, eles não obtiveram importantes resultados.¹³⁰ Só em meados de 1908, a 8 de julho de 1908, duas partes do regulamento interno do Conselho de Ajuda Política (*Zizhengyuan*) foram aprovadas por decreto imperial.¹³¹ De acordo com esse regulamento, o Conselho de Ajuda Política (*Zizhengyuan*) era uma assembleia unicameral, que porém já continha em si a semente de um futuro parlamento bicameral: Parte de seus membros era nomeada pelo governo central e outra parte pelas assembleias provinciais (*Ziyiju*). A assembleia teria uma sessão principal de três meses uma vez por ano, bem como um número não definido de sessões no entretanto.

Após duas semanas, a 22 de julho de 1908, a Corte de Pequim passou outro decreto¹³², que não só aprovou as leis orgânicas das assembleias provinciais (*Ziyiju*), mas também ordenou que a a Órgão de Codificação para o Governo Constitucional (*Xianzheng Biancha Guan*) e o Conselho de Ajuda Política (*Zizhengyuan*) «rapidamente» preparassem um esboço de uma constituição monárquica baseada nas melhores regras dos diversos países. Os dois órgãos também foram encarregados de conjuntamente prepararem esboços para uma lei eleitoral e uma lista de problemas a serem resolvidos nos anos antes da criação do parlamento. E realmente, os dois órgãos rapidamente prepararam os esboços: Foram aprovados por decreto imperial apenas um mês depois, a 27 de agosto de 1908.¹³³

126. 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, pp. 49-51.

127. 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, p. 606.

128. 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, p. 667.

129. *Notes on Native Affairs. The Imperial Assembly*, in: *The North-China Herald*, 11/1/1907 (2099), p. 287.

130. *Notes on Native Affairs. The Tzehenyuen*, in: *The North-China Herald*, 3/6/1908 (2117), p. 555.

131. 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, pp. 627-629.

132. 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, pp. 683-684.

133. 故宮博物院明清檔案部 *Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu* 1979, pp. 54-67; 67-68.

O Esboço Constitucional por Outorgação Imperial (*Qinding Xianfa Dagang*) foi o primeiro documento constitucional da China. Tratava-se de um curto esboço baseado na constituição japonesa de 1890 (especialmente em seu primeiro capítulo sobre a posição do Imperador), mas que claramente ainda não estava completo. Tinha vinte 23 artigos, dos quais os primeiros 14 definiam os «direitos do Imperador» e os nove restantes os «direitos e deveres do povo». Com o seu foco nos poderes do Imperador, foi criticado por ser até mais conservador que seu modelo japonês.¹³⁴

Ao mesmo tempo, o decreto de 27 de agosto de 1908 anunciou um plano detalhando os passos a serem tomados nos nove anos seguintes a fim de preparar a China para a introdução completa da constituição. Segundo o plano, a constituição definitiva teria entrado em vigor em 1916.

Porém, o projeto constitucional da Corte fracassou. O governo realizou uma parte dos pontos previstos no plano de nove anos, mas a dinastia não conseguiu manter a lealdade dos atores relevantes na sociedade chinesa. O esboço de 1908 foi fortemente criticado por ser demasiado conservador e exaltar os poderes do Imperador, e a partir de 1909, o estabelecimento das assembleias provinciais mudou o cenário político, aumentando fortemente a pressão externa sobre a Corte de Pequim.¹³⁵ Em meio a revoltas, o governo foi obrigado a outorgar outro esboço de constituição em novembro de 1911, seguindo o modelo britânico. Porém, apenas poucas semanas depois, a dinastia Qing foi forçada a abdicar. Foi proclamada, a 1º de janeiro de 1912, a República da China, acabando com a tentativa de reformar o Império por dentro.

IV. Conclusões

Durante as décadas seguintes à proclamação da República da China, a reação do governo chinês ao movimento constitucional era normalmente descrita como insincera e, na verdade, como uma tentativa reacionária de adiar a verdadeira introdução do constitucionalismo na China.¹³⁶ Os esforços de reforma política na primeira década do século XX eram muitas vezes interpretados como um passo para trás, como um tentativa de recentralizar o poder nas mãos da aristocracia de Pequim.¹³⁷ Mas, como pesquisas mais recentes mostram¹³⁸, o governo estava de fato trabalhando em sua própria versão de constitucionalismo, em uma tentativa de «reforma dentro da tradição»¹³⁹. Embora interpretasse o conceito de constitucionalismo de seu próprio modo conservador, estava de fato tentando executar reformas, ações essas que foram em parte freadas por conflitos entre diversos setores do governo.

Porém, além disso, há um outro aspecto do incipiente constitucionalismo que não recebeu bastante consideração dos historiadores jurídicos. A China tem uma tradição milenar de

134. 卞修全 *Bian Xiuquan* 2006, p. 45.

135. *Meienberger* 1980, p. 13.

136. *Li* 1968, pp. 208-209.

137. *Seitz* 2000, p. 106.

138. P. ex. *Meienberger* 1980, p. 13.

139. *Meienberger* 1980, p. 13.

sofisticadas estruturas políticas, para as quais usar o termo «constituição» no seu sentido de «quadro normativo de uma estrutura política» é perfeitamente válido.¹⁴⁰ O quê era, então, a função da nova constituição na China imperial?

O constitucionalismo acarretava um «enorme» programa de reformas políticas, mas ao mesmo tempo não era só a introdução de um sistema «representativo»¹⁴¹, até mesmo porque o parlamento a ser introduzido não teria o poder que tinham outros parlamentos da época. A codificação de uma constituição servia também para legitimar o governo interna e externamente. A experiência do Japão, que conseguiu, em poucas décadas, tornar-se uma potência imperialista, foi decisiva para as reformas chinesas. As missões ao exterior, os institutos de pesquisa e o próprio processo de reformas políticas seguiam o modelo japonês. Como o hino e a bandeira nacional, que não por acaso foram escolhidos mais ou menos na mesma época, a carta constitucional, que estava para ser proclamada no final do processo, seria uma espécie de símbolo do Estado. Os líderes políticos da China percebiam a codificação de uma constituição como uma tendência global, na qual a China tinha que participar para tornar-se um membro da ordem mundial que se encontrava em formação.

V. Bibliografia

Found Waiting, in: *The North-China Herald*, 2/1/1907 (2060), pp. 213-14.

Li, Chien-Nung – *The Political History of China, 1840-1928. Translated and Edited by Ssu-Yu Teng and Jeremy Ingalls*. Fifth printing.: D. van Nostrand. Princeton, N.J 1968

Mayer, Otto – *Deutsches Verwaltungsrecht*, Vol. 1, 3. ed., Duncker & Humblot, München und Leipzig 1924

Meienberger, Norbert. *The emergence of constitutional government in China (1905-1908). The concept sanctioned by the Empress Dowager Tz'u-hsi*. P. Lang (Schweizer Asiatische Studien/ Etudes Asiatiques Suisses vol. 1), Bern 1980.

Nish, Ian (Ed.) – *Annual Reports on China, 1906-1913*. University Publications of America: An Imprint of CIS (*British Documents on Foreign Affairs: Reports and Papers from the Foreign Office Confidential Print, Part I: From the Mid-Nineteenth century to the First World War, Series E: Asia, 1860-1940, Volume 14*), Lanham 1993

Notes on Native Affairs. *The Question of a Constitution*, in: *The North-China Herald*, 8/31/1906 (2038), p. 544

140. Zhao Hui 2012, p. 38.

141. Essa foi a sucinta definição de «constitucional» dada reiteradamente pelo representante dos EUA à China na época, William Rockhill. United States Department of State 1910, pp. 179, 191.

Notes on Native Affairs. The Question of "Time.", in: *The North-China Herald*, 9/7/1906 (2039), p. 571

Notes on Native Affairs. Not Easily Moved, in: *The North-China Herald*, 9/28/1906 (2042), p. 788.

Notes on Native Affairs. A proposed amalgamation, in: *The North-China Herald*, 6/21/1907 (2080), pp. 711-12.

Notes on Native Affairs. The Imperial Assembly, in: *The North-China Herald*, 11/1/1907 (2099), p. 287.

Notes on Native Affairs. The Tzechenyuen, in: *The North-China Herald*, 3/6/1908 (2117), p. 555.

Röhl, Wilhelm (Ed.) – *History of Law in Japan since 1868*, Brill (*Handbuch der Orientalistik* 5/12), Leiden 2005

Pusey, James Reeve. *China and Charles Darwin*. Council on East Asian Studies, Harvard University; Distributed by Harvard University Press (100), Cambridge, Mass. 1983.

Seitz, Konrad – *China. Eine Weltmacht kehrt zurück*. 1. Aufl. Siedler, Berlin 2000.

The Capital. The Proposed Cabinet, in: *The North-China Herald*, 9/6/1907 (2091), p. 556.

The Situation in China, in: *The North-China Herald*, 1/25/1907 (2059), p. 161.

United States Department of State (Ed.) – *Papers relating to the foreign relations of the United States with the annual message of the president transmitted to Congress December 3, 1906. In two parts. Part one. 2 volumes*, Government Printing Office, Washington 1909

United States Department of State (Ed.) – *Papers relating to the foreign relations of the United States with the annual message of the president transmitted to Congress December 3, 1907. In two parts. Part one. 2 volumes*. Government Printing Office, Washington 1910

Zhao Hui – *Rethinking Constitutionalism in Late 19th and Early 20th Century China*. Harvard, Cambridge (Massachusetts) 2012.

卞修全 Bian Xiuquan – 近代中国史法文本的史解. *Jindai Zhongguo xianfa wenben de lishi jiedu*. 第 1 版 1a edição. 知权出版社 Zhishi chanquan chubanshe, 北京 Pequim 2006

光緒政要 *Guangxu Zhengyao* (近代中國史料叢刊/沈雲龍主編 1,345: 第三十五輯 *Jindai Zhongguo shiliao congkan/Shen Yunlong* (ed.), N° 1345: di 35 ji), 5 volumes, 文海出版社 *Wenhai chubanshe*, 台北 Taipé 民國58 [1969]

故宮博物院明清檔案部 Gugong Bowuyuan Mingqing Dang'an Bu (Ed.) – 清末籌備立憲檔案史料 *Qingmo choubei lixian dang'an shiliao*, 2 volumes, 中華書局 Zhonghua Shuju, 北京 Pequim 1979.

家永三郎 Ienaga Saburô; 松永昌三 Matsunaga Shouzou; 江村榮一 Emura Eiichi – 明治前期の憲法構想 *Meiji zenki no kenpô kôsô*, 初版 1a edição, 福村出版 Ed. Fukumura, 東京 Tôquio 1967

大石眞 Ôishi Makoto – 日本憲法史 *Nihon kenpôshi*, 初版第2刷 1a ed., 2a impr., 有斐閣 Yuuhikaku, 東京 Tôquio 1996

趙林鳳 Zhao Linfeng – 汪榮寶. 中國近代憲法第一人. *Wang Rongbao. Zhongguo jindai xianfa di yi ren*. 初版 1a edição. 新銳文創 (秀威資訊) Xinrui Wenchuang (Xiuwei zixun) (血歷史 Xue Lishi, 54), 臺北 Taipé 2014.

Recebido em: 28/01/2016

Aceito em: 01/03/2016

Como citar

BANDEIRA, Egas Moniz. **O advento do constitucionalismo na China.** *Ballot*. Rio de Janeiro: UERJ. Volume 2 Número 1 Janeiro/Abril 2016. pp. 81-94. Disponível em: [<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ballot>]



A Revista *Ballot* está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual 3.0 Não Adaptada.